

Intervenção do Presidente da Direcção do Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESup) no acto da tomada de posse

Quis a coincidência dos calendários eleitorais e negociais que a tomada de posse dos órgãos sociais do Sindicato Nacional do Ensino Superior se realizasse num momento de transição. Ainda nos encontramos no rescaldo do acordo de revalorização salarial plurianual que obtivemos após as negociações com o Ministério da Educação, mas já no horizonte se perfilam novas negociações, porventura ainda mais difíceis, relativas à revisão dos estatutos das carreiras docentes. Este momento, como em geral acontece com os momentos de transição, mostra-se especialmente propício à reflexão: é bom que retiremos do passado as necessárias lições, mas é indispensável que possamos desde já perspectivar o futuro. É a este propósito que quero deixar as minhas reflexões, num tom coloquial, que a ocasião não se presta a grandes solenidades.

O ensino superior em Portugal vive hoje uma situação de grave perturbação. Diria mesmo de crise profunda, se o termo crise não tivesse perdido todo o sentido pela sua permanente repetição. Anos de crescimento desordenado, sem planificação, a criação a esmo de instituições e de cursos, mormente no sector particular e cooperativo, conduziram o sistema à beira do caos e criaram dificuldades quase insolúveis para quem pretenda resolver os problemas mais sérios e sanear a situação. Não será certamente por acaso que o actual ministro já suspendeu e revogou várias medidas, mas ainda não formulou as suas soluções.

Por mais de uma década, oscilou-se entre a ausência de uma política e a adopção contunaz de políticas desastradas, que fomentaram a degradação da qualidade do ensino superior e diminuíram nas instituições o seu papel de centros de investigação científica e de criação cultural. Num deserto de ideias, imperou o desnorre das acções. Para fazer pior, mesmo

voluntariamente, seria necessária uma imaginação fértil e uma notável criatividade.

Persistiu-se sempre no pior caminho. E, no entanto, os sinais de perturbação iam-se acumulando. Os índices de um preocupante insucesso escolar, o evidente divórcio entre ensino superior e ensino secundário, expresso pelas classificações das provas específicas (aliás uma bizarra invenção), assim como os sucessivos movimentos de protesto dos estudantes de vários graus de ensino, que provocaram uma taxa anormalmente alta de mortalidade política entre os Ministros da Educação, eram sintomas claros dessa perturbação. Só não os viu, quem não os quis ver. Como também só não viu o profundo descontentamento e desalento que grassava entre os docentes e investigadores, quem nunca quis saber o que se passava nas instituições do ensino superior.

A desqualificação das funções docentes e de investigação e a degradação do seu estatuto social e salarial foram voluntariamente fomentadas pelos sucessivos Ministros da Educação. Foi, aliás, um dos raros traços de coerência das políticas que seguiram, visto que, no mais, cada um pensava a sua coisa e, por isso, como é óbvio, o primeiro-ministro não pensava coisa nenhuma, embora corra o rumor de que era professor universitário. A manutenção dos baixos salários e a degradação das condições de trabalho destinou-se afinal a empurrar os docentes e investigadores para a procura de remunerações complementares, obtidas através dos contratos de investigação ou da prestação de serviço em instituições privadas que, salvo raras e honrosas excepções, que é bom assinalar, continuam a viver fundamentalmente à custa das instituições públicas.

Pensaram os responsáveis políticos que os docentes haveriam de conviver sempre com este sistema, e alguns tiveram mesmo o despudor de o criticar ao mesmo tempo que o patrocinavam. Mas enganaram-se. Confiaram de mais na passividade de um corpo que, se é certo que não se mostrou particularmente activo na defesa dos seus direitos, uma vez vencida a inércia inicial, foi capaz de desencadear movimentos fortes, incisivos e

persistentes. Foi assim nas greves de 1989, foi assim no Verão do ano passado. A situação havia-se tornado intolerável. Encetou-se, por isso, um movimento reivindicativo que se tornou durante algum tempo a primeira questão nacional. Foi esse movimento que, embora à custa de muitas incompreensões, despertou na opinião pública o sentimento de que havia um problema real com o estatuto remuneratório dos docentes e investigadores e gerou nos meios políticos a ideia de que, mais cedo ou mais tarde, seria necessário fazer alguma coisa para, pelo menos, minorar esse problema. Se agora obtivemos um acordo satisfatório com o Ministério da Educação, não tenhamos dúvidas de que as greves e a expressiva adesão que mereceram, muitas vezes de forma espontânea, muito contribuíram para isso.

Mas o êxito agora alcançado e a capacidade de mobilização demonstrada durante as greves do último Verão só foram possíveis porque houve um longo trabalho de preparação anterior: quando a ocasião chegou as propostas estavam prontas, eram sólidas e estavam bem fundamentadas. É neste contexto que me cabe, ainda que a minha posição seja aqui um pouco incómoda, fazer o breve elogio da direcção cessante. Para além da defesa quotidiana dos direitos e interesses dos associados, para além das sistemáticas insistências junto do poder para a abertura de negociações, foi decisiva a elaboração de um documento como o *Contrato para o Futuro*, que, como é fácil demonstrar, formou a matriz das propostas da Plataforma Reivindicativa Comum, em boa hora constituída com a FENPROF e o SINDEP, associações sindicais que têm entre os seus sócios docentes do ensino superior. E se é certo que não me fica bem enaltecer aqui os méritos de uma direcção a que pertenci, tenho pelo menos a desculpa de ter estado afastado durante quase um ano das minhas funções, por culpa de uma carreira exigente, com prazos que não se compadecem com a dedicação à causa sindical. Posso portanto apreciar o trabalho positivo que foi feito, em condições difíceis e por vezes até hostis, pela direcção que agora terminou o seu mandato. É de elementar justiça reconhecê-lo.

Queria dirigir, em particular, uma palavra ao meu antecessor, o meu colega Pedro Lourtie e exprimir-lhe o meu agradecimento e o meu respeito pela forma como dirigiu o SNESup desde a sua fundação e por ter aceite integrar a direcção que acaba de tomar posse. Oxalá eu saiba exercer as minhas funções com a mesma dedicação, com o mesmo bom senso e com o mesmo sentido de equilíbrio. Suceder a quem há muito é reconhecido nos meios da educação e que é, com justiça, credor da estima tanto dos colegas como até dos técnicos e responsáveis políticos não será para mim tarefa fácil. Espero não defraudar as expectativas.

Confesso, aliás, que assumo as funções em que fui empossado como um dever e não como um prazer. Sempre me vi, e sempre me hei-de ver, como docente e investigador e só por acidente como sindicalista, e jamais aceitaria abandonar o ensino e investigação para me tornar dirigente sindical a tempo inteiro. Acredito, no entanto, que é importante lutar pela qualidade do ensino superior, e que essa qualidade só poderá ser alcançada com melhores condições de trabalho e de remuneração para os docentes e investigadores. Acredito que vale a pena lutar pela dignificação das carreiras do ensino superior e continuo persuadido de que a única forma de vencermos esse combate é a consolidação de um sindicato do ensino superior sectorial, nacional, autónomo e partidariamente não alinhado. Esse modelo de organização obriga a alguns sacrifícios, em particular aos que assumem cargos dirigentes, mas são sacrifícios necessários.

Abrem-se, neste momento, novas perspectivas para a acção do SNESup. Encetou-se uma profícua colaboração com outras associações sindicais no quadro da Plataforma Reivindicativa Comum, que pode e deve ser desenvolvida, sem contudo pôr em causa a autonomia e o modelo organizativo do SNESup, um modelo que se comprovou ser o mais adequado. Concluíram-se as negociações de um acordo de revalorização salarial, que é muito positivo e encontrámos, no governo, novos interlocutores que nos ouvem e parecem interessados em dialogar connosco. Não podemos, por isso, deixar de apreciar de forma positiva o novo ciclo político que se abriu com as eleições legislativas e a mudança de

governo. Mas nem por isso poderá o governo poderá esperar da direcção agora empossada quaisquer facilidades ou transigências. Não reclamaremos deste governo menos do que reclamámos dos anteriores, nem aceitaremos menos do que achamos ser nosso direito e não nos havemos nunca de dar por satisfeitos apenas com as boas palavras e o diálogo. O nosso único compromisso é com os associados do SNESup e com os princípios e ideias que lhes apresentámos, princípios e ideias que se encontram expressos no nosso programa de acção.

Exigiremos do governo o rigoroso cumprimento do acordo já firmado e de nenhuma forma aceitaremos que durante a anunciada revisão dos estatutos de carreira os direitos dos docentes sejam diminuídos ou sejam frustradas as suas expectativas legítimas. Bater-nos-emos contra o acréscimo das obrigações ou a precarização dos regimes contratuais, exigindo a consagração do direito à carreira e ao emprego. Mas que ninguém espere de nós a defesa de soluções demagógicas e de facilidade. Somos por uma carreira exigente, com regras claras, que consagrem a promoção do mérito. Entendemos que os direitos e deveres devem ser clarificados, que os concursos devem constituir o único método de admissão na carreira e que a promoção se deve fazer por meio dos graus e provas académicas. E é justamente porque defendemos a manutenção de elevados padrões de exigência, que nos sentimos com direito a reclamar melhores condições de trabalho e um melhor estatuto remuneratório. No nosso horizonte estará sempre a equiparação à carreira da magistratura, mas nesta matéria defendemos também a correcção de assimetrias que se verificam nas carreiras do ensino superior, correcção que deverá tomar como critérios os níveis de qualificação e as responsabilidades funcionais das diferentes categorias de docentes e investigadores.

Salvaguardados estes princípios, estaremos prontos a dialogar com todas as entidades. Além do governo, teremos como interlocutores as associações representativas dos estudantes e dos funcionários não-docentes e, a um nível institucional, o Conselho de Reitores e o Conselho Coordenador dos Institutos Politécnicos. Defendendo, como defendemos, um ensino superior

de qualidade, estamos certos de que poderemos chegar a um largo consenso com estudantes e funcionários. Desenganem-se, pois, os que procuram voltar os alunos contra os professores para enfraquecer o nosso movimento: é um expediente que não surte efeito.

Manifestamos aqui a nossa inteira disponibilidade para colaborar com as instâncias de coordenação das instituições do ensino superior, tanto das universidades como dos institutos politécnicos. No entanto, não poderemos deixar de denunciar as ocasiões em que tais instâncias agirem não como representantes da vontade das instituições, dos seus docentes e investigadores, mas como delegações ou correias de transmissão do governo e das suas directivas. Sabemos que o sindicalismo no ensino superior tem esta dificuldade suplementar: as funções por assim dizer patronais são exercidas também por docentes e investigadores. Mas isso não nos impedirá nunca, como não nos impediu no passado, de lutar pelos direitos de carreira e de condenar com veemência os procedimentos que os ponham em causa, venham eles de onde vierem.

São estas as linhas de acção que podem esperar de nós, os nossos associados e os nossos interlocutores. Procuraremos defender quotidianamente os direitos dos docentes e investigadores e desenvolver cada vez mais o sector da prestação de serviços, do apoio jurídico aos seguros, actividades que, cada vez mais, um sindicato moderno não pode dispensar. Faremos o melhor que pudermos e soubermos, disso podem todos estar certos, mas o nosso êxito, que será o êxito dos que representamos, não depende só de nós, depende do empenhamento de todos os que hoje assumem funções nos diferentes órgãos do SNESup e depende fundamentalmente da participação dos docentes e investigadores. Contamos, pois, com essa participação para vencermos os desafios que temos pela frente, para que possamos assegurar a revalorização das carreiras docentes e de investigação e assim construir um ensino superior de qualidade.

Lisboa, 23 de Março de 1996
Jorge Pedreira